

Aut AM 10 p 5

Antes de 25 não há acordo



André Dusek

Ulysses (com Cabral) acha que a Carta sai em setembro

Cabral já examinou mais de mil emendas

BRASÍLIA — A aposentadoria para os professores e a estabilidade dos servidores públicos foram os dois temas que receberam o maior número de emendas pelos constituintes. Das 1.844 propostas apresentadas, 1.026 já foram preliminarmente analisadas pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em conjunto com o relator, deputado Bernardo Cabral. Otimista com o andamento dos trabalhos, Ulysses, ao final da entrevista concedida ontem no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), disse acreditar que a nova Constituição será promulgada no dia 7 de setembro.

A maior preocupação dos parlamentares é em relação à situação dos professores universitários, excluídos de receber a aposentadoria especial pelo texto aprovado no primeiro turno. O artigo 207, inciso terceiro, que trata do assunto, diz: "É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, após 30 anos ao professor, e após 25 anos à professora, por efetivo exercício da função de magistério de primeiro e segundo graus". Os parlamentares querem retirar a expressão "pri-

meiro e segundo graus", estendendo assim o benefício à toda categoria, inclusive aos professores universitários. A estabilidade aos funcionários públicos da administração direta ou autárquica, com cinco anos de serviço, exceto aos das fundações, é outro tema que preocupa os parlamentares. Algumas emendas sugerem a supressão de todo o artigo, outras preferem eliminar apenas a restrição imposta aos servidores das fundações.

Foram recebidas também emendas sobre a inelegibilidade dos prefeitos, 16 parlamentares querem retirar do texto o artigo que trata do assunto; a licença-paternidade, tema do qual foram apresentadas 13 emendas; e sobre questões polêmicas como o turno ininterrupto de seis horas de trabalho, que teve dez emendas, e a greve para os funcionários públicos, com nove.

O relator Bernardo Cabral disse que apenas o mérito de 120 emendas foram apreciadas e destas, mais de 30 já foram eliminadas, por não se adaptarem às normas regimentais, ou seja, não são supressivas, de omissão, corretivas e de contradição.

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, disse ontem que não há possibilidade de acordo para as votações do segundo turno antes do dia 25, quando os líderes partidários vão se reunir para negociações. Segundo o deputado, durante esse prazo a sociedade deverá conhecer plenamente o texto aprovado no primeiro turno e as emendas supressivas já apresentadas. "Vamos ouvir o que a sociedade tem a dizer. O segundo turno é a instância da correção, não podemos errar. Agora é preciso ter calma", destacou.

Segundo Jobim, os encontros preliminares que vem mantendo com os líderes Carlos Sant'Anna, do governo, e José Lourenço, do PFL, são informais e representam "tentativas de aproximação". O fato de os acordos ficarem para o dia 25 não significa, em sua opinião, que não se possam definir, desde já, correções e supressões de consenso.

Jobim afirma que dará seu apoio ao governo na votação de emendas que pretendem suprimir a anistia aos pequenos e médios empresários endividados durante o Plano Cruzado. Quanto ao artigo que estabelece a nacionalização da atividade mineradora e ao texto que distingue as empresas nacionais das estrangeiras, susten-

tou: "Não há possibilidade de acordo".

Durante os encontros com Sant'Anna e Lourenço, Jobim sugeriu que há possibilidade de entendimento sobre a questão da jornada ininterrupta de seis horas: o líder aceita suprimir a palavra "máxima" da expressão "jornada máxima de seis horas", para que as empresas e sindicatos de trabalhadores possam fixar a duração da jornada em acordos coletivos. Deverá haver entendimento também quanto ao tabelamento dos juros.

Além disso, segundo Jobim, o PMDB discorda do voto a partir dos 16 anos e aceita modificar o artigo que privilegia a empresa de capital nacional no fornecimento de bens ao poder público, reconhecendo a existência de empresas — no setor de telecomunicações, por exemplo — de capital estrangeiro trabalhando exclusivamente para o setor público.

Já os partidos de esquerda estão preparando sua estratégia para dificultar a aprovação de emendas supressivas patrocinadas pelo governo. Líderes do PSDB, PDT, PT, PCB e PC do B vêm discutindo uma forma de evitar que haja quórum elevado nas sessões. Esses partidos vão apresentar todas as emendas a que tenham direito (quatro por parlamentar), o que arastará as votações, prejudicando o quórum.

Segundo turno poderá revogar 111 decretos

BRASÍLIA — Se a futura Constituição for votada e promulgada dentro do prazo previsto pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, até setembro, cerca de uma centena de decretos-leis serão extintos. Entre eles, os que instituíram o último pacote fiscal, em abril, e o que criou o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência. Mas o que criou a URP poderá sobreviver.

O projeto que vai à votação em segundo turno estabelece que serão considerados rejeitados os decretos-leis que, até a promulgação da nova Constituição, não tiverem sido apreciados pelo Congresso Nacional. Nessa condição, existem hoje 111 decretos-leis, dos quais 95 já lidos e contando prazo para aprovação automática, 12 aguardando leitura (o que só pode ser feito numa sessão do Congresso, quando se designa relator para matéria) e mais quatro que ainda nem chegaram à secretaria do Congresso Nacional.

O que instituiu a URP, em junho de 1987, já está completando a décima sessão consecutiva na pauta da ordem do dia — depois de 60 dias de tramitação, contados

a partir da leitura — devendo ser aprovado, por decurso de prazo, talvez na primeira quinzena de agosto. Com ele, estão mais cinco que o alteraram. Vários outros estão entre a quinta e a oitava sessões, entre os quais o que estabeleceu novas normas para as licitações e contratos na administração federal e o que instituiu o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência.

Também cumprindo o prazo das dez sessões estão o que proíbe a utilização de recursos do Tesouro Nacional em operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação; o que extinguiu o Inera e criou o Inter; e o que dispõe sobre o adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante. O problema é que, com o tempo quase todo tomado por sessões da Constituinte, o Congresso tem realizado poucas sessões, em média, apenas duas ou três por mês. Nesse ritmo, a previsão é de que somente uma ou duas dezenas desses decretos-leis conseguirão completar o prazo para a aprovação automática antes da rejeição automática a ser determinada pela futura Constituição.